

# Realização



## CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DE GOIÁS - GO Controlador Interno

### Instruções Gerais

- O candidato receberá do fiscal:
  - Um **caderno de Questões**, contendo 50 questões de múltipla escolha.
  - Um **cartão de Respostas**.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- A Prova terá tempo de duração de **03 (três)** horas corridas. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Este tempo inclui a marcação do Cartão de Respostas.
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas devidamente assinados.
- O Candidato, poderá retirar-se do local de Provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início das Provas podendo anotar suas opções de respostas no canhoto que será entregue durante a prova. O Candidato **não** poderá retirar-se do local de realização das Provas escritas levando o Caderno de Provas.
- Os **03 (três)** últimos Candidatos de cada sala, só poderão ser liberados juntos.
- O gabarito e a prova serão divulgados em 24 horas, no site do Instituto Cidades: [www.institutocidades.org.br](http://www.institutocidades.org.br). Não haverá consulta de gabarito e resultado por telefone.
- Leia atentamente cada questão e assinale no Cartão de Respostas a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O Cartão de Respostas **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no Cartão de Respostas é cobrindo fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:

	A	B	C	D	E
01	●	○	○	○	○
02	○	●	○	○	○
03	○	○	●	○	○
04	○	○	○	●	○
05	○	○	○	○	●

**BOA PROVA !**

- **Atenção:** Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas** pela leitora ótica.

Nome: \_\_\_\_\_

Número de Inscrição: \_\_\_\_\_



**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

➤ **Língua Portuguesa**

**Texto**

**História de bem-te-vi**

**Cecília Meireles**

Com estas florestas de arranha-céus que vão crescendo, muita gente pensa que passarinho é coisa só de jardim zoológico; e outras até acham que seja apenas antiguidade de museu. Certamente chegaremos lá; mas por enquanto ainda existem bairros afortunados onde haja uma casa, casa que tenha um quintal, quintal que tenha uma árvore. Bom será que essa árvore seja a mangueira. Pois nesse vasto palácio verde podem morar muitos passarinhos.

Os velhos cronistas desta terra encantaram-se com canindês e araras, tuins e sabiás, maracanãs e "querejuás todos azuis de cor finíssima...". Nós esquecemos tudo: quando um poeta fala num pássaro, o leitor pensa que é leitura...

Mas há um passarinho chamado bem-te-vi. Creio que ele está para acabar.

E é pena, pois com esse nome que tem — e que é a sua própria voz — devia estar em todas as repartições e outros lugares, numa elegante gaiola, para no momento oportuno anunciar a sua presença. Seria um sobressalto providencial e sob forma tão inocente e agradável que ninguém se aborreceria.

O que me leva a crer no desaparecimento do bem-te-vi são as mudanças que começo a observar na sua voz. O ano passado, aqui nas mangueiras dos meus simpáticos vizinhos, apareceu um bem-te-vi caprichoso, muito moderno, que se recusava a articular as três sílabas tradicionais do seu nome, limitando-se a gritar: "...te-vi! ...te-vi", com a maior irreverência gramatical. Como dizem que as últimas gerações andam muito rebeldes e novidadeiras achei natural que também os passarinhos estivessem contagiados pelo novo estilo humano.

Logo a seguir, o mesmo passarinho, ou seu filho ou seu irmão — como posso saber, com a folhagem cerrada da mangueira? — animou-se a uma audácia maior. Não quis saber das duas sílabas, e começou a gritar apenas daqui, dali, invisível e brincalhão: "...vi! ...vi! ...vi! ..." o que me pareceu divertido, nesta era do *twist*.

O tempo passou, o bem-te-vi deve ter viajado, talvez seja cosmonauta, talvez tenha voado com o seu *team* de futebol — que se não há de pensar de bem-te-vis assim progressistas, que rompem com o canto da família e mudam os lemas dos seus brasões? Talvez tenha sido atacado por esses crioulos fortes que agora saem do mato de repente e disparam sem razão nenhuma no primeiro indivíduo que encontram.

Mas hoje ouvi um bem-te-vi cantar. E cantava assim: "Bem-bem-bem...te-vi!" Pensei: "É uma nova escola poética que se eleva da mangueira!..." Depois, o passarinho mudou. E fez: "Bem-te-te-te... vi!" Tornei a refletir: "Deve estar estudando a sua cartilha... Estará soletrando..." E o passarinho: "Bem-bem-bem...te-te-te...vi-vi-vi!"

Os ornitólogos devem saber se isso é caso comum ou raro. Eu jamais tinha ouvido uma coisa assim! Mas as crianças, que sabem mais do que eu, e vão diretas aos assuntos, ouviram, pensaram e disseram: "Que engraçado! Um bem-te-vi gago!"

(É: talvez não seja mesmo exotismo, mas apenas gagueira...)

*Texto extraído do livro "Escolha o seu sonho", Editora Record – Rio de Janeiro, 2002, pág. 53*

01. Segundo o texto:

- A) Só há passarinho em jardim zoológico e museu.
- B) Chegará um tempo em que não haverá mais passarinhos.
- C) A mangueira é a árvore ideal para que se atraiam pássaros.
- D) Os cronistas antigos já viviam os problemas da raridade dos pássaros.

02. Em "Certamente chegaremos lá" (no 1º parágrafo), a expressão destacada:

- I. Tem caráter anafórico e se refere ao fato de que, no futuro, só encontraremos pássaros em jardim zoológico ou museu.
- II. Tem caráter catafórico e se refere a "bairros afortunados", que são exceção à regra no espaço urbano.
- III. Embora seja um advérbio que, originalmente, tem valor ou ideia de lugar, no texto está empregado para se referir a referencial temporal.

Assinale a alternativa correta:

- A) Estão corretos apenas I e III.
- B) Estão corretos apenas II e III.
- C) Está correto apenas I.
- D) Estão todos corretos.



03. Quando a autora diz “Nós esquecemos tudo: quando um poeta fala num pássaro, o leitor pensa que é leitura...”, ela:

- A) Revela que a modernidade tornou o ser humano desmemoriado e distante da natureza.
- B) Subentende que os muitos pássaros que podiam ser encontrados facilmente ficaram no passado.
- C) Afirma categoricamente que o leitor não conhece mais nenhuma espécie de pássaro, o que o levou a descuidar do meio ambiente.
- D) Mostra que os pássaros só podem ser encontrados sob forma de fotos ou imagens nos livros, ou nas narrativas que falem da natureza.

04. Segundo a autora, o que a leva a crer sobre os bem-te-vis é:

- A) Eles estão em extinção por causa da especulação imobiliária.
- B) Embora em número menor, eles ainda existem e cantam mais modernamente.
- C) Eles estão a imitar os seres humanos quanto ao cuidado com a norma culta da língua.
- D) Eles estão sumindo, pelo fato de não cantarem como antigamente.

05. Na expressão “...te-vi! ...te-vi”, com a maior irreverência gramatical”, a autora afirma:

- I. Que o novo cantar do bem-te-vi adota uma marca de oralidade da linguagem humana.
- II. A irreverência revela que o bem-te-vi desconsidera o rigor gramatical.
- III. Que o pássaro usa um pronome oblíquo iniciando uma frase, desobedecendo a uma regra gramatical, intencionalmente.

Assinale a alternativa correta:

- A) Estão corretos apenas I e III.
- B) Estão corretos apenas II e III.
- C) Está correto apenas I e II.
- D) Estão todos corretos.

06. Em “muita gente pensa que passarinho é coisa só de jardim zoológico”, a oração destacada tem valor:

- A) Substantivo.
- B) Adjetivo.
- C) Adverbial.
- D) Apositivo.

07. Sobre a tipologia textual e as funções da linguagem no texto, é correto afirmar que:

- A) O texto se enquadra no gênero conto, tendo como função da linguagem predominante a fática.
- B) O texto se enquadra no gênero crônica, havendo a presença da função poética pela presença da linguagem figurada.
- C) O texto se enquadra no gênero narrativo, sendo a função apelativa a predominante.
- D) O texto se enquadra no gênero dissertativo, sendo a função metalinguística a predominante.

08. As palavras que seguem a mesma regra de acentuação gráfica de “próprias”, “sabia” e “sílabas” são, respectivamente:

- A) Relógios, cajá, álbum.
- B) Fórum, saída, médico.
- C) Provável, refém, saísse.
- D) Séries, oxalá, partíssemos.

09. Marque a opção que traz as formas corretas quanto à norma culta para a substituição do que foi destacado em “ainda existem bairros afortunados onde haja uma casa”, respectivamente:

- A) Deve haver – em que.
- B) Pode existir – os quais.
- C) Costumam haver – em cujos.
- D) Parecem existir – que.

10. Tomando por base a regência verbal em “Nós esquecemos tudo”, está também correta a expressão:

- A) Nós esquecemos de tudo.
- B) Nós nos esquecemos de tudo.
- C) Nós lembramos de tudo.
- D) Nós nos lembramos tudo.

➤ **Informática**

11. A figura abaixo ilustra uma planilha editada no Excel 2010, em sua configuração padrão.

C4			
	A	B	C
1	2	67	89
2	33	4	67
3	49	5	34
4			

De acordo com a planilha acima, calcule =SOMA(A1:C3) \* RAIZ(A3) quando aplicada na célula C4.

- A) 1230
- B) 2450
- C) 3128
- D) 3287

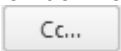
12. Marque a alternativa que NÃO representa um cliente de correio eletrônico ou navegador de internet.

- A) IRC
- B) Safari
- C) Thunderbird
- D) Firefox

13. Considerando o Microsoft Office PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, indique o botão que permite criar um conector de seta angulada.

- A)
- B)
- C)
- D)

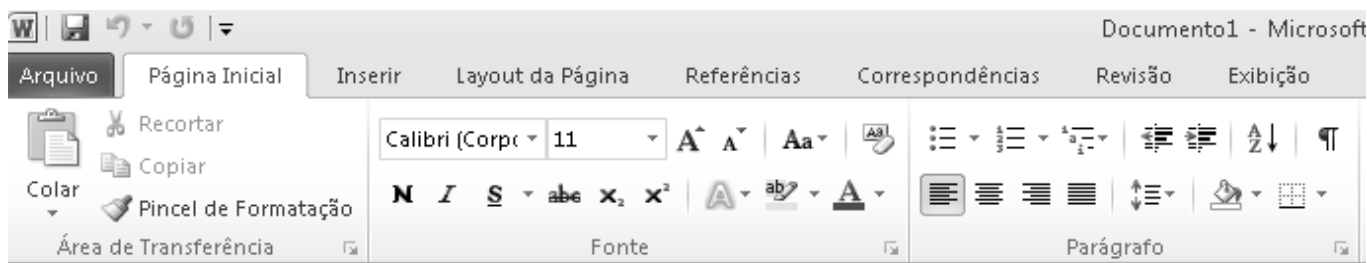






14. A imagem abaixo é uma janela de novo e-mail do Microsoft Outlook 2010 em sua instalação padrão. Acerca do Microsoft Outlook 2010, determine a finalidade do item .



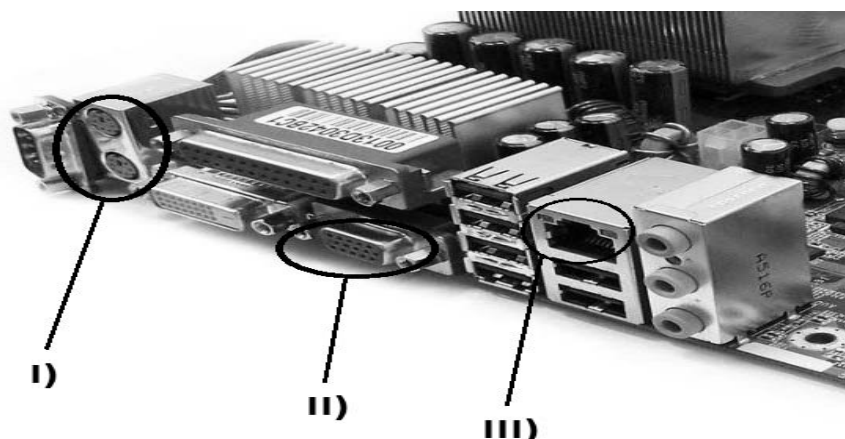
- A) Definir o destinatário primário.
- B) Definir uma cópia de e-mail.
- C) Adicionar um anexo ao e-mail.
- D) Definir uma cópia oculta de e-mail.

15. Considerando a figura abaixo que ilustra uma janela do Microsoft Word 2010, marque a alternativa FALSA.



- A) O item  limpa toda a formatação do texto selecionado.
- B) O item  aplica um efeito visual ao texto selecionado.
- C) O item  inicia uma lista de vários níveis.
- D) O item  altera o espaçamento entre as linhas de texto.

16. Conforme a figura abaixo, analise as seguintes afirmativas:



- I. Representa a entrada de teclado e mouse.
- II. Representa a entrada de impressora USB.
- III. Representa a entrada do cabo de rede.

Analisando as afirmativas acima, marque a alternativa correta.

- A) Apenas a afirmativa I está correta.
- B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.



17. A imagem abaixo representa uma planilha do Excel 2010 em sua configuração padrão. É notado que apenas a linha 1 está se repetindo na parte de cima do documento atual. Com base nisso, marque a alternativa com o item que permite essa função.

	A	B	C	D	E
1	Qde.	P. Uni.	Total		
14	45	33,6	1511		
15	87	70,7	6120		
16	32	2,0	64,42		
17	91	80,5	7289		
18	8	26,4	205,8		

- A)
- B)
- C)
- D)

18. Suponha que os arquivos de instalação de um programa estejam em um computador e precisem ser instalados em outro computador. Sabe-se que o tamanho, em megabytes, dos arquivos são de 22.528Mbytes. Com relação a esses arquivos, marque a alternativa que contenha um dispositivo que possa armazená-los para fazer a transferência.

- A) Um pendrive de 20GB.
- B) Um pendrive de 10GB.
- C) Um pendrive de 2GB
- D) Um pendrive de 30GB.

19. A imagem 2 é a imagem 1 editada no Microsoft Office Word 2010 na sua instalação padrão. Acerca dessa edição, marque a alternativa com a ferramenta que a editou.



Imagem 1



Imagem 2

- A) Efeitos de Imagem ▾
- B) Borda de Imagem ▾
- C) Layout de Imagem ▾
- D) Alterar Imagem

20. Analise as seguintes afirmativas acerca do Microsoft Office PowerPoint 2010 em sua instalação padrão.

- I. O botão permite inserir uma imagem de qualquer programa que não esteja minimizado na barra de tarefas.
- II. O botão permite inserir números e símbolos.
- III. O botão permite inserir o número do slide.

Analisando as afirmativas acima, marque a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D) Apenas a afirmativa I está correta.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O ISSQN é um tributo que incide sobre a prestação de serviços. O fato gerador do ISSQN é a prestação de serviço constante da Lista de Serviços realizada por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo. Sobre o Imposto Sobre Serviços, ISSQN, analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

- I. A Base de cálculo para serviços em geral, é o preço de serviços, já para autônomos, pode ser atribuído um imposto fixo anual.
- II. Os serviços tributados são aqueles prestados por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, desde que não sejam da competência tributária dos Estados.
- III. Pode incidir sobre produção industrial se a União assim definir por decreto.

Estão corretas apenas:

- A) I
- B) II
- C) II e III
- D) I e II

22. A autarquia é uma pessoa jurídica de direito público e tem a executoriedade e/ou titularidade de um serviço público concedido por meio de lei. Seu patrimônio e receita são próprios, porém, tutelados pelo Estado. As autarquias são criadas por lei para executar, de forma descentralizada, atividades típicas da administração pública. Têm patrimônio formado por recursos próprios. Sua organização interna pode vir através de decretos (emanam do poder executivo). De portarias (ministérios, secretarias). Regimentos ou regulamentos internos. Nesse sentido a autarquia, na organização administrativa, faz parte da:

- A) Administração Pública Direta.
- B) Administração Pública Indiscreta.
- C) Administração Pública Indireta.
- D) Administração Pública Discreta.



23. O Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos - ITBI, é previsto na Constituição Federal/1988, no artigo 156, inciso II. Ainda assim, a CF/88 estipulou que o ITCMD (imposto sobre a transmissão causa mortis ou doação) competiria aos Estados e ao DF (art. 155, I), enquanto os municípios ficariam com o ITBI (art. 156). Nestes termos podemos dizer que o ITBI incide sobre:

- A) Toda transferência onerosa de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou pela constituição de reservas de contingências por parte do município, em face de reduções nos resultados de períodos subsequentes.
- B) Toda transferência onerosa de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- C) Toda transferência onerosa de propriedade de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- D) Toda transferência onerosa de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, onde os registros das variações patrimoniais do setor público são reconhecidos em sua totalidade, de forma semelhante aos das empresas, ou seja, subsidiados, necessariamente, pela respectiva documentação formal, inclusive os fatos resultantes de determinações legais.

24. Algumas regras que regem a remuneração no setor público estão no Artigo 39 da Constituição Federal. Os salários dos servidores públicos variam conforme a extensão e complexidade do trabalho. Com relação a aumentos de salário, a Constituição assegura isonomia salarial dos servidores públicos. Sobre essa isonomia, é correto afirmar:

- A) Aplicam-se a todos os servidores particulares de exercícios válidos, os servidores públicos aposentados por tempo de contribuição assim como os pensionistas.
- B) Aplicam-se a todos os servidores particulares de exercícios constituintes, os servidores públicos em exercício assim como os pensionistas por tempo de contribuição.
- C) Aplicam-se a todos os servidores públicos constituintes, os servidores públicos em exercício assim como os pensionistas por tempo de contribuição.
- D) Aplicam-se a todos os servidores públicos em exercício, os servidores aposentados, estendidos também aos pensionistas.

25. Trata-se das causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário (ato ou fato a que a lei atribui o efeito de retardar a exigibilidade da cobrança do referido tributo). Tais causas estão previstas no artigo 151, alterado pela Lei Complementar n. 104, de 10.01.2001, do Código Tributário Nacional. Pelos termos definidos no Código Tributário Nacional, constitui-se em uma causa suspensiva:

- A) Depósito do montante integral.
- B) Depósito do montante subsidiário.
- C) Dotação judicial de relações entre as partes em julgado.
- D) Dotação judicial dos montantes constituídos pelas partes em julgado.

26. A tomada de contas ocorre quando uma pessoa física, órgão ou entidade der causa de perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano aos recursos financeiros do poder público. Também acontece nos casos em que a legislação específica não obrigar o responsável a prestar contas, ou quando o exigir e o mesmo não a fizer. Nesse aspecto à tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos, no âmbito do controle interno em observância aos preceitos da contabilidade pública é de competência exclusiva:

- A) Tribunal de Contas respectivo, ou órgão constituído quando da necessidade deste fim.
- B) Tribunal de Contas respectivo, ou órgão equivalente e dos serviços de contabilidade pública.
- C) Tribunal de Contas respectivo, ou órgão equivalente do poder legislativo desde que alinhado aos preceitos da matéria tratada.
- D) Tribunal de Contas respectivo, ou órgão promulgado do poder judiciário e dos servidores magistrados para acompanhamento dos atos praticados.

27. Entende-se por contrato todo acordo de vontades, firmado livremente pelas partes, para criar obrigações e direitos recíprocos. Nessas condições, contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com o particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração e acompanhadas pelos controles internos do referido órgão. Assim, podemos dizer que neste instrumento (contratos) é permitido:

- A) Rescindir ou alterar as cláusulas contratuais unilateralmente.
- B) Alterar as cláusulas contratuais multilateralmente, assim como rescindi-lo sem a anuência do contratado de forma de nebulosa.
- C) Alterar as cláusulas extracontratuais indistintivamente, assim, como remanescê-lo anualmente pela aprovação da Câmara Municipal desde que não seja estabelecido na forma nebulosa.
- D) Alterar as cláusulas extra-consensuais unilateralmente, desde que permitido pelos controles internos ajustados a observância da jurisdição da comarca por meio da sua promotoria.

28. Conforme o Art. 150/CTN, o lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. Nos casos dos tributos por homologação:

- A) O lançamento é sempre realizado pelo Poder Legislativo Constitucionalizado.
- B) O lançamento é realizado pelo Poder Público, desde seja necessário a intervenção do Estado quando da análise da arrecadação fiscal.
- C) O lançamento é realizado pelo Poder Judiciário, desde seja necessário a intervenção do Estado quando da análise da arrecadação extrafiscal.
- D) O lançamento é sempre realizado pelo Poder Público.



29. O Suprimento de Fundos, também denominado de regime de adiantamento, consiste na entrega de numerário ao servidor para a realização de despesa precedida de empenho na dotação própria, que por sua natureza e excepcionalidade, não possa subordinar-se ao procedimento normal de processamento. Diante o exposto, marque a opção correta.

- A) O embasamento legal encontra-se na Lei Federal nº 4.320/64, art. 68, no Decreto-Lei nº 200, de 23 de fevereiro de 1986, na Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993. Porém no âmbito municipal é concedido mediante autorização do Poder Judiciário Municipal.
- B) O embasamento legal encontra-se na Lei Federal nº 4.320/64, art. 68, no Decreto-Lei nº 200, de 23 de fevereiro de 1986, na Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993. Porém no âmbito municipal é concedido mediante autorização do Poder Judiciário Estadual.
- C) O embasamento legal encontra-se na Lei Federal nº 4.320/64, art. 68, no Decreto-Lei nº 200, de 23 de fevereiro de 1986, na Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993. Porém no âmbito municipal é concedido mediante regulamentação prévia.
- D) O embasamento legal encontra-se na Lei Federal nº 4.320/64, art. 68, no Decreto-Lei nº 200, de 23 de fevereiro de 1986, na Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993. Porém no âmbito municipal não precisa de regulamentação prévia.

30. A expressão competência tributária pode ser definida como sendo o poder, atribuído pela Constituição Federal, observadas as normas gerais de Direito Tributário, de instituir, cobrar e fiscalizar o tributo, compreendendo a competência legislativa, administrativa e judicante. Noutras palavras, pode-se definir competência tributária como sendo a parcela do poder de tributar conferida pela Constituição a cada ente político para criar tributos, ou, ainda, a aptidão para criar, *in abstracto*, tributos. Sabe-se ainda que, competência tributária muitas vezes é confundida com capacidade tributária ativa, onde esta é o exercício da competência, quer dizer, a aptidão para cobrar tributos. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- A) Sempre que possível, o Estado que representa a União pode instituir um fato modificativo, por medida estatutária e neste caso, deve estar estritamente ligado ao fundo de participação da entidade pública.
- B) Em Território Federal, os impostos estaduais são de competência da União, porém só ocorrem quando o Estado pode Legislar sobre a licitação e contratação em todas as modalidades, para a administração pública municipal, respeitadas as normas gerais da legislação federal.
- C) Sempre que possível o Estado que representa a União pode instituir um fato modificativo que tem como resultado um acréscimo patrimonial no órgão ou na unidade competente para sua inscrição e um decréscimo patrimonial no órgão ou na entidade originária do crédito.
- D) Em Território Federal, os impostos estaduais são de competência da União. Caso o Território não seja dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais também são de competência da União.

31. O estado atual reconhece cada vez a mais a coletividade, e assim tendo uma participação mais ativa, retirando parte do patrimônio para que seja aplicado no bem em comum. O poder de tributar é exercido pelo estado por delegação do povo, este então exercerá o seu poder soberano para obter estes tributos. Dentre esses tributos há os chamados Empréstimos Compulsórios, previsto no art. 148 da nossa Constituição Federal, que surgem como uma alternativa do estado para despesas extraordinárias advindas devido a urgências previstas nessa previsão legal. Pelo exposto, indique a alternativa abaixo no que concerne uma característica dos empréstimos compulsórios, EXCETO em:

- A) Podem ser instituídos por medida provisória e neste caso, deve respeitar o princípio da anterioridade.
- B) Podem ser instituídos em caso de guerra externa ou sua iminência e neste caso não respeita o princípio da anterioridade.
- C) Podem ser instituídos por medida estatutária e neste caso, deve estar estritamente ligado ao fundo de participação da entidade pública
- D) Podem ser instituídos por medida estatutária e neste caso, deve estar estritamente as guerras internas como as que acontecem no país com as manifestações sociais independente da natureza.

32. Segundo Art.96/CTN, a expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. Onde o Sistema Tributário Nacional é, data venia, totalmente constitucionalizado, ou seja, a Norma Padrão de Incidência dos Tributos que está contida na Constituição Federal – que de uma maneira direta ou indireta e aponta: a Hipótese de Incidência possível, o Sujeito Passivo possível, o Sujeito Ativo possível, a Base de Cálculo possível e a Alíquota possível. Das assertivas abaixo relacionadas, marque a opção correta acerca do tema "legislação tributária",

- A) É instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- B) Somente a lei pode, dentre outras hipóteses, estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.
- C) É instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária. Ainda assim, sempre que possível, o Estado que representa a União pode instituir um fato modificativo e gerador competente para sua inscrição e arrecadação.
- D) Somente a lei pode, dentre outras hipóteses, estabelecer os critérios da incidência dos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida somente quando a presença do presidente da república juntamente com sua base aliada.



33. Não é tarefa fácil construir uma definição do que seja um plano diretor, uma vez que estes têm sido alvo de diversas definições e conceituações, e suas características têm variado de município para município. Percebendo isso, Villaça (1999) enfatiza a falta de uma conceituação amplamente aceita para o que seja plano diretor, argumentando que não existe um consenso entre os atores envolvidos na sua elaboração e utilização – gestores públicos, engenheiros, urbanistas, empreendedores imobiliários, proprietários fundiários, a sociedade em geral, encontra divergências ao que seja exatamente esse instrumento. A quem diga que Plano Diretor é o Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados par que possam fazer parte do sistema de gestão dos serviços municipais. Para tanto, o mesmo devera obedecer as seguintes ações:

- A) Simplificação, economia parcial, clareza, precisão independente da segurança sistemática, a fim de evitar a duplicação dos instrumentos legais para fins idênticos.
- B) Simplificação, economia fiscal, prudência, prescrição legal, a fim de analisar a duplicação dos instrumentos fiscais para fins comparativos.
- C) Simplificação, economia, eficácia, clareza, precisão e segurança, a fim de evitar a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos.
- D) Simplificação, economia financeira, anterioridade, descrição dependente da segurança analítica, a fim de evitar a duplicação dos instrumentos legais para fins idênticos.

34. Conforme o que preceitua o Art. 9º da Lei 8429/92, constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- A) Decorre obrigatoriamente dos princípios da impessoalidade e a moralidade que devem nortear as ações da Administração Estatal Elitizada.
- B) Decorre particularmente dos princípios da legalidade e da impessoalidade que devem nortear as ações da Administração Pública ou Estatal.
- C) Decorre particularmente dos princípios da legalidade e da moralidade que devem nortear as ações da Administração Pública.
- D) Decorre exclusivamente dos atos executados pela Administração Pública Municipal no âmbito do poder executivo conforme a o Ordenamento Competente.

35. O produto da arrecadação do imposto sobre renda e dos proventos de qualquer natureza, incidentes sobre rendimentos pagos (na fonte) a qualquer título, pelos Municípios, suas autarquias e suas fundações que instituírem ou mantiverem, pertencerá exclusivamente a:

- A) Comarca Estadual.
- B) Comarca Territorial.
- C) Comarca Federativa.
- D) Comarca Municipal.

36. Dentro da limitação do ordenamento legal, ainda sim ressalvadas as exceções previstas, das alternativas abaixo assinale aquela que representa coerência de acordo com o Código Tributário Municipal.

- A) É vedada a divulgação, por qualquer meio e para qualquer fim, por parte do fisco ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado.
- B) É vedada a divulgação, por qualquer meio e para qualquer fim, por parte do fisco fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável.
- C) É vedada a divulgação, por qualquer meio e para qualquer fim, por parte do fisco obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários.
- D) É vedada a divulgação, por qualquer meio e para qualquer fim, por parte do fisco articular e promover a integração e cooperação no âmbito Federal e Estadual com os municípios da região, no processo de planejamento e de gestão urbana e ambiental nas questões de interesse comum.

37. A Lei no 4.320/64 instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no artigo 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal que versam sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Contudo, sobre as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são denominadas de:

- A) Créditos suplementares.
- B) Créditos de melhoria.
- C) Créditos adicionais.
- D) Créditos de investimentos.

38. A LRF, aprovada em 2000 pelo Congresso Nacional, introduziu novas responsabilidades para o administrador público com relação aos orçamentos da União, dos Estados e Municípios, como limite de gastos com pessoal, proibição de criar despesas de duração continuada sem uma fonte segura de receitas, entre outros. A Lei introduziu a restrição orçamentária na legislação brasileira e criou a disciplina fiscal para os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Pelo exposto, assinale a alternativa que assevera os agentes que assinaram os Relatórios de Gestão Fiscal.

- A) Autoridades responsáveis pela administração de controle interno e o secretário de finanças.
- B) Autoridades responsáveis pela administração financeira e de controle interno.
- C) Autoridades responsáveis pela administração financeira e o secretário de finanças.
- D) Autoridades responsáveis pela administração orçamentária e o secretário de planejamento.





39. A Dívida Ativa da União é composta por todos os créditos desse ente, sejam eles de natureza tributária ou não-tributária, regularmente inscritos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão proferida em processo regular. No que diz respeito à inscrição de dívida ativa, é possível afirmar que:

- A) Representa um fato modificativo que tem como resultado um acréscimo patrimonial no órgão ou na unidade competente para sua inscrição e um decréscimo patrimonial no órgão ou na entidade originária do crédito.
- B) Representa o contrato administrativo, dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida
- C) Representa a transferência onerosa de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- D) Representa um fato modificativo que tem dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

40. A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), são espécie do gênero operação de crédito, destina-se se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deverá cumprir as exigências da LRF aplicáveis às operações de crédito. Das opções abaixo, marque aquela que NÃO se enquadra no contexto acima:

- A) Somente poderá ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício, devendo ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano.
- B) Não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente refixada ou indexada à taxa básica financeira, ou a que vier a esta substituir.
- C) Estará proibida a sua contratação enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada e, também, no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
- D) Ter escriturado conjunto de bens e direitos da entidade desde que sejam capazes de gerar benefícios imediatos (curto prazo) ou futuros (médio prazo).

41. Considerando a Lei no 4.320/64 e suas alterações correntes a partir de 2012 que versam sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, podemos afirmar que as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente estão compreendidas e estruturadas na:

- A) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- B) Lei de Diretrizes Plurianual.
- C) Lei de Diretrizes Fiscal.
- D) Lei de Diretrizes Anual.

42. Dos itens abaixo quais deles representam exemplos de Receitas de Capital.

- A) Receita Tributária, Receita De Contribuições, Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita De Serviços.
- B) Receita Tributária, Receita De Indicações, Receita Patrimonializada, Receita Pecuária Extrativa, Receita De Serviços.
- C) Operações De Crédito, Alienação De Bens, Amortização De Empréstimos Concedidos, Transferência De Capita, Outras Receitas De Capital.
- D) Receitas De Cauções, Receitas De Fianças, Depósitos Para Garantia, Retenções Na Fonte, Operações De Crédito Por Antecipação De Receita.

43. Dos itens abaixo quais deles representam exemplos de Receitas Extra-orçamentárias.

- A) Receita Tributária, Receita De Contribuições, Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita De Serviços
- B) Receita Tributária, Receita De Indicações, Receita Patrimonializada, Receita Pecuária Extrativa, Receita De Serviços
- C) Operações De Crédito, Alienação De Bens, Amortização De Empréstimos Concedidos, Transferência De Capita, Outras Receitas De Capital
- D) Receitas De Cauções, Receitas De Fianças, Depósitos Para Garantia, Retenções Na Fonte, Operações De Crédito Por Antecipação De Receita

44. Conforme o Art. 150/CTN, o lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. Considerando o exposto contido no dispositivo legal, podemos afirmar que se a lei não fixar prazo referente à homologação e considerando ainda da operação ser realizada tacitamente, o prazo será de 05 anos, a contar da:

- A) Ocorrência da emissão certificada do fato gerador.
- B) Ocorrência do crédito do fato gerador.
- C) Ocorrência do fato gerador.
- D) Ocorrência do fato próprio.

45. Segundo a Lei Orgânica do Município em consonância ao Art. 9º da 8443/92, integrarão a tomada ou prestação de contas, inclusive a tomada de contas especial, dentre outros elementos estabelecidos no Regimento Interno:

- A) Os agentes da Administração Municipal responsáveis por bens móveis e valores transitáveis ao Município.
- B) Os agentes da Administração Municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ao Município.
- C) Os agentes da Administração Intermunicipal responsáveis por bens transmutáveis e valores recuperáveis do Município.
- D) Os agentes da Administração Extramunicipal responsáveis por bens imóveis e valores pertencentes ao Município.



46. Dos itens abaixo quais deles representam exemplos de Receitas Correntes?

- A) Receita Tributária, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita de Serviços.
- B) Receita Tributária, Receita de Indicações, Receita Patrimonializada, Receita Pecuária Extrativa, Receita de Serviços.
- C) Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos Concedidos, Transferência de Capital, Outras Receitas de Capital.
- D) Receitas de Cauções, Receitas de Fianças, Depósitos para Garantia, Retenções na Fonte, Operações de Crédito por Antecipação de Receita.

47. A Lei no 4.320/64 instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no artigo 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal que versam sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Todavia, sabe-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, parágrafo 5º, em concordância com o artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei que compreende os orçamentos fiscais e de investimentos das empresas que a União detenha o controle acionário e da seguridade social, refere-se:

- A) Lei Diretrizes Orçamentárias.
- B) Lei Orçamentária Plurianual.
- C) Lei Diretrizes Anual.
- D) Lei Orçamentária Anual.

48. A publicação da remuneração dos servidores públicos federais do Poder Executivo no Portal da Transparência do Governo Federal se dá em obediência ao disposto na Portaria nº 233, de 25/05/2012, instrumento que disciplina o estabelecido no § 3º do Art. 7º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, normativo este que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11). Por força do artigo 6º, da referida Portaria, as empresas públicas e sociedades de economia mista da administração indireta, deverão publicar as remunerações dos servidores em seus próprios sítios na internet, e não no Portal da Transparência. Das opções abaixo, quais delas podem ser considerados critérios para avaliação de desempenho do servidor público:

- A) Assiduidade e pontualidade; responsabilidade; religiosidade.
- B) Assiduidade e pontualidade; produtividade; responsabilidade.
- C) Assiduidade e pontualidade. Produtividade; criatividade.
- D) Assiduidade e pontualidade. Criatividade; representabilidade.

49. Receita pública é o montante total (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos) em dinheiro recolhido pelo Tesouro Nacional, incorporado ao patrimônio do Estado, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos. Regulamentada pela Lei de Orçamento, LEI No 4.320/64, ao assunto, refere-se o CAPÍTULO II da mesma, cujo título é *Da Receita*. Em sentido amplo, receita pública é o recolhimento de bens aos cofres públicos, sendo sinônimo de ingresso ou entrada e são classificadas em:

- A) Receitas Próprias e Receitas Estatutárias.
- B) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- C) Receitas Correntes e Receitas Estatutárias.
- D) Receitas de Capital e Receitas Públicas.

50. Receita pública é o montante total (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos) em dinheiro recolhido pelo Tesouro Nacional, incorporado ao patrimônio do Estado, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos, regulamentada pela LEI No 4.320/64. Podemos afirmar que as operações realizadas pelo ente público a exemplo os pagamentos de natureza extraorçamentária, bem como a receita e despesas orçamentárias serão demonstradas no seguinte documento:

- A) Balanço financeiro.
- B) Balanço administrativo.
- C) Balanço orçamentário.
- D) Balanço fiscal.